



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AOS MEMBROS DA COMISSÃO TEOLÓGICA
INTERNACIONAL REUNIDOS
EM SESSÃO PLENÁRIA**

1 de Dezembro de 2005

Reverendíssimo Presidente

Excelências

Ilustres Professores

Prezados Colaboradores

Estou feliz por vos receber neste encontro familiar, que desperta em mim a recordação de uma colaboração prolongada e profunda com não poucos de vós. Fui nomeado membro da Comissão Teológica Internacional em 1969, e em 1982 fui eleito Presidente da mesma. Em primeiro lugar, desejo manifestar o meu sentido agradecimento pelas palavras de homenagem que me foram dirigidas pelo Arcebispo D. Levada que, participa pela primeira vez como Presidente numa sessão da Comissão Teológica Internacional. Formulo-lhe os meus bons votos orantes a fim de que a luz e a força do Espírito o acompanhem no cumprimento da tarefa que lhe foi confiada.

Com a sessão plenária que nestes dias está a realizar-se, continuam os trabalhos do sétimo "quinquénio" da Comissão, iniciados no ano passado, quando eu era ainda Presidente da mesma. É de bom grado que aproveito o ensejo para encorajar cada um de vós a continuar a reflectir sobre os temas escolhidos para o estudo nos próximos anos. O saudoso Papa João Paulo II, ao receber os membros no dia 7 de Outubro do ano passado, relevou a grande importância destes dois temas que, actualmente, são objecto de estudo: a sorte das crianças mortas sem baptismo, no contexto da vontade salvífica universal de Deus, da mediação singular de Jesus Cristo e da sacramentalidade da Igreja; e a lei moral natural. Este último tema é de especial relevância para compreender o fundamento dos direitos assentes na natureza da pessoa e, como tais, derivantes da própria vontade de Deus criador. Anteriores a qualquer lei positiva dos Estados, eles são universais, invioláveis e inalienáveis, e portanto todos, devem reconhecê-los como tais, especialmente as autoridades, que são chamadas a promover e a garantir o seu respeito. Não

obstante na cultura contemporânea o conceito de "natureza humana" parece ter-se perdido, contudo permanece o facto de que os direitos humanos não são compreensíveis, se não se pressupõe que o homem, no seu próprio ser, é portador de valores e de normas a serem redescobertas e corroboradas, e não inventadas nem impostas de forma subjectiva e arbitrária. A este propósito, o diálogo com o mundo laico é de grande importância: deve manifestar-se com evidência que a negação de um fundamento ontológico dos valores essenciais da vida humana termina, inevitavelmente, no positivismo e leva o direito a depender das correntes de pensamento predominantes numa sociedade, desvirtuando deste modo o direito num instrumento do poder, em vez de submeter o poder ao direito.

Não é de menor importância o terceiro tema, determinado durante a sessão plenária do ano passado, ou seja, o estatuto e o método da teologia católica. A teologia não pode nascer, a não ser da obediência ao impulso da verdade e do amor que deseja conhecer cada vez melhor aquele a quem ama, neste caso o próprio Deus, cuja bondade reconhecemos no acto de fé (cf. *Donum veritatis*, 7). Nós conhecemos Deus porque Ele, na sua bondade infinita, se deixou conhecer na criação, mas sobretudo no seu Filho unigénito, que por nós se fez homem, morreu e ressuscitou para a nossa salvação.

Por conseguinte, a revelação de Cristo é o princípio normativo fundamental para a teologia. Ela realiza-se sempre na Igreja pela Igreja, Corpo de Cristo, único sujeito com Cristo, e assim também na fidelidade à Tradição apostólica. Portanto, o trabalho do teólogo deve realizar-se em comunhão com a voz viva da Igreja, ou seja, com o Magistério vivo da Igreja e sob a sua autoridade.

Considerar a teologia uma questão particular do teólogo significa menosprezar a sua própria natureza. Somente no interior da comunidade eclesial, na comunhão com os legítimos Pastores da Igreja, tem sentido o trabalho que, evidentemente, exige a competência científica, mas também e não em menor medida, o espírito de fé e a humildade de quem sabe que o Deus vivo e verdadeiro, objecto da sua reflexão, ultrapassa infinitamente as capacidades humanas. Só com a oração e a contemplação é possível adquirir o sentido de Deus e a docilidade à acção do Espírito Santo, que tornarão a investigação teológica fecunda, para o bem de toda a Igreja e, diria, da humanidade.

Aqui, poder-se-ia objectar: mas uma teologia assim definida ainda é ciência e está em sintonia com a nossa razão e a sua liberdade? Sim, a racionalidade, a índole científica e o pensamento sobre a comunhão da Igreja não apenas não se excluem, mas caminham juntos. O Espírito Santo introduz a Igreja na plenitude da verdade (cf. *Jo 16, 13*), a Igreja está ao serviço da verdade e a sua guia é educação para a verdade.

Enquanto formulo votos a fim de que os vossos dias de estudo sejam animados pela comunhão fraterna na busca da Verdade que a Igreja deseja anunciar a todos os homens, suplico a Maria

Santíssima, Sede da Sabedoria, que oriente os vossos passos no júbilo e na esperança cristã. Com estes sentimentos, enquanto renovo a todos vós a expressão da minha estima e da minha confiança, concedo-vos do íntimo do coração a Bênção Apostólica.

© Copyright 2005 - Libreria Editrice Vaticana

© Copyright - Libreria Editrice Vaticana